

n.º 785/2016, e de acordo com os artigos 11.º e 25.º do Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de agosto, alterado pela Lei n.º 8/2010, de 13 de maio, Estatuto da Carreira Docente Universitária, com o artigo 12.º do Regulamento n.º 510/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 109, de 7 de junho e alterado pelo Regulamento n.º 417/2014, de 19 de setembro, e pela declaração de retificação n.º 728/2015, de 26 de agosto, e nos termos do artigo 27.º, n.º 1, alíneas i) e t) dos Estatutos da Universidade da Madeira, autorizo a celebração do contrato trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com um período experimental de cinco anos, da docente Mónica da Silva Cameirão, como Professor Auxiliar da Universidade da Madeira, com efeitos a partir de 04 de maio de 2017.

28 de julho de 2017. — O Reitor, *Professor Doutor José Carmo*.
310680306

Aviso (extrato) n.º 9642/2017

Por despacho do Reitor da Universidade da Madeira, Professor Doutor José Manuel Cunha Leal Molarinho Carmo, foi autorizada a denúncia do contrato de trabalho em funções públicas do Doutor Diogo Nuno Crespo Ribeiro Cabral, como Professor Auxiliar Convocado, na Faculdade de Ciências Exatas e da Engenharia, na Universidade da Madeira, com efeitos a partir de 24 de maio de 2017.

28 de julho de 2017. — O Reitor, *Prof. Doutor José Carmo*.
310680728

UNIVERSIDADE DO MINHO

Reitoria

Despacho n.º 7406/2017

Ao abrigo do disposto no artigo 37.º, n.º 1, alínea s) e no artigo 54.º, n.º 2, alínea d) dos Estatutos da Universidade do Minho, homologados pelo Despacho Normativo n.º 14/2016, de 17 de novembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 228, de 28 de novembro, mediante parecer favorável da Comissão Pedagógica do Senado Académico, Deliberação n.º 20/2016, aprovo o Regulamento dos Cursos de Ensino a Distância da Universidade do Minho, constante do anexo ao presente Despacho.

27 de julho de 2017. — O Reitor, *António M. Cunha*.

Regulamento dos Cursos de Ensino a Distância da UMinho

Preâmbulo

Os Cursos a distância da Universidade do Minho são cursos disponibilizados pela UMinho através da Pró-Reitoria para os Novos Projetos de Ensino. Visam promover a aquisição de novos saberes e a atualização de conhecimentos por parte de pessoas adultas não integradas em cursos formais, numa perspetiva de aprendizagem ao longo da vida, e são objeto de certificação pela UMinho tendo como referência o *European Credits Transfer System* (ECTS). Estes cursos podem ser orientados para uma área específica do saber ou apresentar uma natureza transversal e integradora de várias áreas científicas. A frequência e aprovação nestes cursos pode permitir aos estudantes a creditação da formação após admissão a ciclos de estudos oferecidos pela UMinho.

Artigo 1.º

Âmbito de aplicação

O presente regulamento estabelece as regras de organização e funcionamento dos cursos de ensino a distância disponibilizados pela UMinho.

Artigo 2.º

Objetivos

Os cursos de ensino a distância, modulares e flexíveis, visam proporcionar educação e formação, numa perspetiva de aprendizagem ao longo da vida, tendo como objetivo:

- Promover a aquisição de novos saberes e a atualização de conhecimentos por parte de pessoas adultas não integradas em cursos formais, disponibilizando soluções e aprendizagens significativas;
- Alargar a oferta educativa a estudantes residentes no país e no estrangeiro, bem como a novos públicos «não tradicionais» (adultos e profissionais).

Artigo 3.º

Metodologia

1 — Os cursos estão estruturados por módulos, com objetivos, conteúdos, atividades e avaliações específicas, sendo orientados por professores especializados nas respetivas áreas científicas, a quem compete a sua organização.

2 — Os cursos podem ser orientados para uma área específica do saber ou apresentarem natureza transversal e integradora de diversas áreas científicas.

3 — Os cursos são objeto de creditação pela UMinho, tendo como referência o *European Credits Transfer System* (ECTS), não sendo conferentes de grau.

4 — Os ECTS obtidos no curso podem permitir ao estudante a creditação da formação após a admissão a ciclos de estudos oferecidos pela UMinho, de acordo com a legislação aplicável, caso o seu titular tenha ou venha a adquirir o estatuto de estudante de um ciclo de estudos oferecido pela Universidade.

5 — A aprovação nestes cursos não confere grau académico, nem o direito de ingresso em ciclo de estudos.

Artigo 4.º

Coordenação e gestão de cursos a distância

1 — Os cursos a distância possuem um Coordenador, nomeado de acordo com as normas a definir pela UOEI, a quem compete a coordenação científica e pedagógica do curso, nas condições e com as responsabilidades específicas estabelecidas no Regulamento da Prestação de Serviço dos Docentes da UMinho.

2 — O coordenador do curso é responsável por designar e coordenar a equipa docente envolvida, sendo ainda aconselhável que designe um revisor científico-pedagógico dos conteúdos educativos do curso.

3 — Os cursos a distância são geridos pela equipa de gestão, nomeada para o efeito pela Reitoria, em articulação com o Coordenador do curso, cabendo a estes a planificação das diversas fases dos cursos (design, produção, implementação e avaliação de cursos, conteúdos e plataformas).

4 — Caso um curso seja da responsabilidade de mais do que uma UOEI, o coordenador é designado por acordo entre as UOEI envolvidas.

5 — A equipa docente pode incluir especialistas externos desde que aprovados pelos órgãos competentes da UOEI.

6 — O curso pode envolver parcerias com entidades externas à Universidade Minho, desde que devidamente aprovados pelos órgãos competentes da UOEI.

Artigo 5.º

Funcionamento dos cursos

1 — Os cursos têm uma duração de referência de 6 semanas.

2 — Para cada curso a creditação de referência é de 3 ECTS, num total de 84 horas, sendo cerca de 30 horas de contacto.

3 — Por horas de contacto entende-se o tempo de trabalho desenvolvido pelo estudante no contexto da plataforma de ensino a distância, a saber:

- Conteúdos educativos do curso (vídeo, animações, *e-book*);
- Interação síncrona ou assíncrona (*chat*, videoconferência, fórum, *blog*, *wiki*);
- Atividade realizada pelo estudante em interação com as ferramentas da plataforma;
- Avaliação.

4 — Por horas de trabalho autónomo entende-se o tempo de trabalho desenvolvido interna e externamente à plataforma de ensino a distância:

- Execução de tarefas, projetos ou trabalhos;
- Pesquisas e leituras;
- Trabalho complementar.

5 — A orientação tutorial é conduzida pelo docente através da comunicação com os estudantes na plataforma de ensino a distância, usando os mecanismos e ferramentas existentes.

6 — Semanalmente, o docente promove pelo menos:

- A realização de uma atividade de aprendizagem; ou,
- A realização de uma sessão síncrona; ou,
- A realização de uma atividade de avaliação; ou,
- Uma contribuição no fórum de discussão do curso.

7 — A UMinho garante os meios e as condições necessárias ao funcionamento dos cursos, no que se refere aos recursos humanos e técnicos da sua responsabilidade.

Artigo 6.º

Condições de acesso

- 1 — Os cursos destinam-se a estudantes maiores de 18 anos.
- 2 — Os estudantes devem reunir as condições técnicas necessárias para a frequência do curso de ensino a distância, nomeadamente um computador com acesso à internet, com as características publicadas na oferta do curso.
- 3 — Os estudantes devem satisfazer as condições e pré-requisitos específicos de cada curso.

Artigo 7.º

Inscrição e acesso à plataforma

- 1 — A frequência do curso está sujeita ao pagamento de taxas.
- 2 — Após a inscrição são enviadas ao estudante as credenciais de acesso à Plataforma de ensino a distância e ao curso.

Artigo 8.º

Numerus clausus

O número mínimo de inscrições indispensável ao funcionamento dos cursos é de 15 estudantes, sendo definido caso a caso o número máximo de participantes.

Artigo 9.º

Avaliação dos estudantes

O estudante é sujeito a avaliação do seu percurso de aprendizagem, de acordo com os seguintes critérios:

- a) A avaliação é contínua e sumativa;
- b) Cada módulo deve prever a realização de atividades obrigatórias de natureza individual — questionários (de *feedback* automático), e/ou trabalhos e e/ou atividades de natureza colaborativa — fóruns, *wiki*, videoconferência, de periodicidade semanal e nas datas estipuladas, variando sua ponderação na classificação final consoante o grau de esforço/dificuldade exigido ao estudante;
- c) Cada módulo deve ter uma classificação mínima definida pelo coordenador do curso;
- d) A classificação final, na escala de 0 a 20, corresponde ao somatório das diferentes classificações parciais e ponderadas de cada módulo.

Artigo 10.º

Certificação

1 — A avaliação confere ao estudante, consoante os casos, dois tipos de certificados:

- a) Certificado de aprovação ou
- b) Certificado de participação.

2 — O certificado de aprovação é atribuído aos estudantes que tenham obtido aprovação no curso, dele constando a classificação final e respetivos créditos ECTS.

3 — O certificado de participação é atribuído aos estudantes que tenham participado e realizado pelo menos 2/3 das atividades propostas.

Artigo 11.º

Direitos e deveres dos estudantes

1 — Os estudantes inscritos nos cursos usufruem do estatuto de estudante a distância.

2 — Os estudantes têm acesso à plataforma de ensino a distância para aceder aos conteúdos de aprendizagem disponibilizados, realizar as atividades de aprendizagem que sejam requeridas, bem como comunicar com docentes.

3 — Os estudantes com a situação regularizada perante a UMinho têm acesso a outros recursos *online*, tais como bibliotecas e outros recursos educativos.

Artigo 12.º

Avaliação do curso e melhoria contínua

1 — Em consonância com os princípios estabelecidos nos Padrões e Orientações Europeus para a Garantia da Qualidade no Ensino Superior (ESG — *European Standards and Guidelines*), os cursos de ensino a distância são abrangidos pelo Sistema Interno de Garantia da Qualidade da UMinho (SIGAQ-UM), de acordo com procedimentos específicos

que têm em devida consideração as adaptações justificadas pela natureza destes cursos.

2 — São elementos de apreciação no relatório de autoavaliação a elaborar pelo Coordenador do curso (ou de grupo de cursos afins), sem prejuízo de outros relacionados com as especificidades próprias de cada curso:

- a) Os resultados do inquérito relativo às perceções dos estudantes e dos docentes sobre o processo de ensino/aprendizagem;
- b) Os resultados de aprendizagem;
- c) Dados estatísticos sobre o processo formativo produzidos pelas plataformas que suportam tecnologicamente as aprendizagens;
- d) A reflexão estruturada da equipa docente sobre o funcionamento do curso;
- e) Os contributos e sugestões de melhoria recolhidos de estudantes, docentes e equipa de gestão do ensino a distância.

3 — O relatório de autoavaliação, para além de outros aspetos designadamente de natureza financeira ou de perceção do impacto da formação, incluirá ainda uma análise SWOT do curso e uma proposta estruturada de medidas de melhoria em edições futuras do curso.

4 — O Relatório-síntese de avaliação do ensino em cada UOEI terá em consideração os relatórios de autoavaliação dos cursos de ensino a distância ministrados no âmbito da Unidade.

Artigo 13.º

Casos omissos e dúvidas

Casos específicos, devidamente fundamentados, poderão ser revistos sob supervisão e validação do Senado Académico.

Artigo 14.º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

310681465

Escola de Psicologia

Despacho n.º 7407/2017

Por despacho do Presidente da Escola de Psicologia de 26 de julho de 2017, proferido por delegação de competência conferida pelo Despacho n.º 6326/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 92, de 12.05.2016:

Designados, nos termos do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 283/83, de 21 de junho, para fazerem parte do júri para apreciação do pedido de reconhecimento de habilitações, requerido pelo Doutor António Sérgio Ferreira, os seguintes professores:

Presidente: Doutor Paulo Manuel Pinto Pereira Almeida Machado, Professor Catedrático da Escola de Psicologia da Universidade do Minho
Vogais: Doutor João Arménio Lamego Lopes, Professor Associado com Agregação da Escola de Psicologia da Universidade do Minho
Doutora Maria Iolanda Ferreira Silva Ribeiro, Professora Auxiliar da Escola de Psicologia da Universidade do Minho
Doutora Joana Sara Ferraz da Cruz, Professora do Instituto de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade Lusíada do Porto

1 de agosto de 2017. — O Presidente da Escola de Psicologia, *Paulo P. P. Machado*, Professor Catedrático.

310683911

Despacho n.º 7408/2017

Por despacho do Presidente da Escola de Psicologia de 26 de julho de 2017, proferido por delegação de competência conferida pelo Despacho n.º 6326/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 92, de 12.05.2016:

Designados, nos termos do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 283/83, de 21 de junho, para fazerem parte do júri para apreciação do pedido de reconhecimento de habilitações, requerido pela Mestre Ilka Dayanne Medrado Lima, os seguintes professores:

Presidente: Doutor João Arménio Lamego Lopes, Professor Associado com Agregação da Escola de Psicologia da Universidade do Minho
Vogais: Doutora Maria Iolanda Ferreira Silva Ribeiro, Professora Auxiliar da Escola de Psicologia da Universidade do Minho